



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.211-A, DE 2015

(Do Sr. César Halum)

Altera o art. 3º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer nova sistemática de rateio dos gastos com aquisição de energia de reserva entre os consumidores de energia elétrica do País; tendo parecer da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação deste, e do de nº 1524/15, apensado, com substitutivo (relator: DEP. BETO ROSADO e relator substituto: DEP. AUGUSTO CARVALHO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

MINAS E ENERGIA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 1524/15

III - Na Comissão de Minas e Energia:

- Parecer dos relatores
- Substitutivo oferecido pelos relatores
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º-A

.....

§ 3º Ficam excluídas do rateio definido no *caput*, as unidades consumidoras localizadas nos Estados em que a soma das energias garantidas das hidrelétricas existentes no Estado supere o total da energia elétrica consumida no Estado.

§ 4º Para efeitos do disposto no § 3º, a energia garantida de uma hidrelétrica com reservatório que se estenda por áreas do território de mais de um Estado deverá ser dividida entre os Estados com áreas abrangidas pelo reservatório dessa hidrelétrica, proporcionalmente à parcela da área total do reservatório localizada em cada Estado. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor em na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, em síntese, estabelece que as distribuidoras de energia elétrica devem adquirir a totalidade da energia que fornecem aos seus consumidores em leilões públicos promovidos pelo Poder Concedente, através da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A mesma Lei, objetivando garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais, estabeleceu a contratação de energia de reserva, tendo em vista que o sistema interligado nacional é predominantemente abastecido por energia hidrelétrica, fonte que, eventualmente, enfrenta períodos de redução significativa na capacidade de suprimento, devido a condições climáticas adversas.

A energia de reserva é contratada por leilões e os custos dessa energia são rateados entre todos os consumidores finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.

Contudo, Estados como o Tocantins, o Pará e Rondônia são grandes exportadores de energia elétrica. Possuem, em seus territórios, hidrelétricas de grande porte que, em conjunto, agregam ao sistema elétrico brasileiro um

montante de energia elétrica garantida muito superior à totalidade da energia elétrica consumida no Estado.

Simultaneamente, os citados Estados exportadores líquidos de energia elétrica são Estados com tarifas de energia elétrica elevada e renda *per capita* reduzida.

Isto posto, é absolutamente injusto que os consumidores de energia elétrica desses Estados mais pobres, que exportam energia elétrica para os Estados mais ricos, participem do rateio dos custos de uma energia de reserva que não necessitam e não aproveitam.

Atualmente, os consumidores de energia elétrica dos Estados mais ricos do País, que não possuem em seus territórios geração de energia elétrica com capacidade suficiente para atender às suas necessidades, estão tendo suas despesas com energia de reserva subsidiadas pelos consumidores dos Estados mais pobres. Os mais abastados estão se locupletando dos mais pobres em função de uma estrutura injusta de rateio das despesas com aquisição de energia de reserva no setor elétrico brasileiro.

Com base em todo o exposto e, principalmente, por ser uma questão de justiça, submeto à consideração dos nobres Pares a presente proposição e conto com o apoio de todos para a sua rápida conversão em lei.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.

Deputado CÉSAR HALUM
PRB/TO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.848, DE 15 DE MARÇO DE 2004

Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de

24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 3º O Poder Concedente homologará a quantidade de energia elétrica a ser contratada para o atendimento de todas as necessidades do mercado nacional, bem como a relação dos novos empreendimentos de geração que integrarão, a título de referência, o processo licitatório de contratação de energia.

§ 1º Para os fins deste artigo, os concessionários e os autorizados de geração, as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de distribuição, os comercializadores e os consumidores enquadrados nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, deverão informar ao Poder Concedente a quantidade de energia necessária para atendimento a seu mercado ou sua carga.

§ 2º No edital de licitação para novos empreendimentos de geração elétrica, poderá constar porcentual mínimo de energia elétrica a ser destinada ao mercado regulado, podendo a energia remanescente ser destinada ao consumo próprio ou à comercialização para contratação livre.

§ 3º Com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, o Poder Concedente poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada.

Art. 3º-A Os custos decorrentes da contratação de energia de reserva de que trata o art. 3º desta Lei, contendo, dentre outros, os custos administrativos, financeiros e encargos tributários, serão rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, incluindo os consumidores referidos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e os autoprodutores apenas na parcela da energia decorrente da interligação ao SIN, conforme regulamentação. ([*“Caput” do artigo acrescido pela Lei nº 11.488, de 15/6/2007*](#))

§ 1º A regulamentação deverá prever a forma, os prazos e as condições da contratação de energia de que trata o *caput* deste artigo, bem como as diretrizes para a realização dos leilões a serem promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica, direta ou indiretamente. ([*Parágrafo único acrescido pela Lei nº 11.488, de 15/6/2007 e transformado em § 1º pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009*](#))

§ 2º Na hipótese de a energia de reserva ser proveniente de fonte nuclear, sua contratação será realizada diretamente com a Eletronuclear, constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975. ([*Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009*](#))

Art. 3º-B Fica caracterizada a exclusão de responsabilidade do empreendedor, no caso de atraso na emissão do ato de outorga pela administração pública em relação à data prevista no edital de licitação de que tratam os incisos II e III do § 5º do art. 2º e o art. 3º-A, desde que cumpridos todos os prazos de responsabilidade do empreendedor. ([*Artigo acrescido pela Lei nº 12.839, de 9/7/2013*](#))

Art. 4º Fica autorizada a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica -

ANEEL, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica de que trata esta Lei.

§ 1º A CCEE será integrada por titulares de concessão, permissão ou autorização, por outros agentes vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica, e pelos consumidores enquadrados nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

§ 2º A regulamentação deste artigo pelo Poder Concedente deverá abranger, dentre outras matérias, a definição das regras de funcionamento e organização da CCEE, bem como a forma de participação dos agentes do setor elétrico nessa Câmara.

§ 3º O Conselho de Administração da CCEE será integrado, entre outros, por representantes dos agentes setoriais de cada uma das categorias de Geração, Distribuição e Comercialização.

§ 4º Os custos administrativo e operacional da CCEE decorrerão de contribuições de seus membros e emolumentos cobrados sobre as operações realizadas, vedado o repasse em reajuste tarifário.

§ 5º As regras para a resolução das eventuais divergências entre os agentes integrantes da CCEE serão estabelecidas na convenção de comercialização e em seu estatuto social, que deverão tratar do mecanismo e da convenção de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 6º As empresas públicas e as sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, titulares de concessão, permissão e autorização, ficam autorizadas a integrar a CCEE e a aderir ao mecanismo e à convenção de arbitragem previstos no § 5º deste artigo.

§ 7º Consideram-se disponíveis os direitos relativos a créditos e débitos decorrentes das operações realizadas no âmbito da CCEE.

.....

PROJETO DE LEI N.º 1.524, DE 2015

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Altera o art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para alterar os parâmetros que regem o rateio dos custos decorrentes da contratação de energia de reserva.

DESPACHO:
APENSE-SE À (AO) PL-1211/2015.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º-A Os custos decorrentes da contratação de energia de reserva de que trata o art. 3o desta Lei, contendo, dentre outros, os custos administrativos, financeiros e

encargos tributários, serão rateados entre os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, incluindo os consumidores referidos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e os autoprodutores apenas na parcela da energia decorrente da interligação ao SIN, conforme regulamentação.

.....
§ 3º Ficam excluídas do rateio definido no caput, as unidades consumidoras localizadas nos Estados em que o total da energia elétrica consumida no Estado seja equivalente ou inferior a 50% da soma das energias garantidas das hidrelétricas existentes no Estado.

§ 4º Para efeitos do disposto no § 3º, a energia garantida de uma hidrelétrica com reservatório que se estenda por áreas do território de mais de um Estado deverá ser dividida entre os Estados com áreas abrangidas pelo reservatório dessa hidrelétrica, proporcionalmente à parcela da área total do reservatório localizada em cada Estado. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei é equilibrar o rateio dos custos relacionados à contratação de energia de reserva gerada, principalmente, pelas termelétricas. Essas usinas estão em funcionamento para suprir a demanda nacional, visto que os reservatórios das hidrelétricas, afetados pela crise hídrica, não estão sendo suficientes para abastecer o consumo nacional.

Historicamente, o custo dessa energia de reserva, que apenas é necessária quando a energia gerada pelas hidrelétricas não consegue suprir a demanda nacional, sempre foi rateado entre todos os consumidores indistintamente.

Até o ano de 2014, os gastos com aquisição de energia de reserva eram custeados pelas concessionárias e repassados aos consumidores apenas no ano seguinte, por consequência do reajuste anual promovido pela ANEEL.

Em setembro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – instituiu o modelo de cobrança de Bandeiras Tarifárias, com o qual repassa aos consumidores, imediatamente, os elevados custos de geração de energia térmica. O sistema conta com três bandeiras nas cores verde, amarela e vermelha, cada uma com uma tarifa atrelada, sendo que as duas últimas agravam a conta do consumidor, dependendo do custo de geração de energia no país, que é

impactado diretamente pelo custo da energia de reserva.

O Projeto de Lei ora apresentado visa corrigir uma injustiça imposta aos consumidores dos Estados exportadores de energia elétrica, sendo os casos mais notórios o Pará, Rondônia e Tocantins. Esses Estados produzem uma quantidade de energia elétrica muito superior às suas necessidades de consumo, abastecendo o Sistema Interligado Nacional – SIN – com a energia excedente.

Dessa forma, não é justo que o Estado que possui energia excedente participe do rateio de uma energia que não consumiu. Os Estados que realmente agravam a demanda por energia no país, devem assumir esse custo.

Faz-se relevante mencionar o Projeto de Lei nº 1.211/2015 de autoria do nobre Dep. César Halum, que busca enfrentar a injustiça imposta pelas Bandeiras Tarifárias. Porém, embora o Dep. César Halum tenha encontrado solução eficiente para a problemática, acredito trazer nesta proposição melhorias que viabilizam a implementação do rateio. Na proposta do Dep. César Halum, todos os Estados cuja produção seja superior ao consumo seriam excluídos do rateio. Nesse caso, o custo para as unidades consumidoras dos Estados que permaneceriam no rateio restaria demasiadamente elevado. Na proposição ora apresentada, defino um limite para que o Estado fique de fora do rateio, produzindo os efeitos do PL somente àqueles que contribuem com um excedente significativo de energia elétrica para o desenvolvimento do país.

Apresento também, alteração na redação do caput do artigo 3º-A, retirando a palavra “todos” em referência aos consumidores finais. Essa alteração se faz necessária para que a redação fique compatível com a nova forma de rateio proposta.

Imbuído nesse intuito de justiça, conclamo meus nobres pares a apoiarem a aprovação desse Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 13 de Maio de 2015.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.848, DE 15 DE MARÇO DE 2004

Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio

de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 3º O Poder Concedente homologará a quantidade de energia elétrica a ser contratada para o atendimento de todas as necessidades do mercado nacional, bem como a relação dos novos empreendimentos de geração que integrarão, a título de referência, o processo licitatório de contratação de energia.

§ 1º Para os fins deste artigo, os concessionários e os autorizados de geração, as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de distribuição, os comercializadores e os consumidores enquadrados nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, deverão informar ao Poder Concedente a quantidade de energia necessária para atendimento a seu mercado ou sua carga.

§ 2º No edital de licitação para novos empreendimentos de geração elétrica, poderá constar porcentual mínimo de energia elétrica a ser destinada ao mercado regulado, podendo a energia remanescente ser destinada ao consumo próprio ou à comercialização para contratação livre.

§ 3º Com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, o Poder Concedente poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada.

Art. 3º-A Os custos decorrentes da contratação de energia de reserva de que trata o art. 3º desta Lei, contendo, dentre outros, os custos administrativos, financeiros e encargos tributários, serão rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, incluindo os consumidores referidos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e os autoprodutores apenas na parcela da energia decorrente da interligação ao SIN, conforme regulamentação. (*“Caput” do artigo acrescido pela Lei nº 11.488, de 15/6/2007*)

§ 1º A regulamentação deverá prever a forma, os prazos e as condições da contratação de energia de que trata o *caput* deste artigo, bem como as diretrizes para a realização dos leilões a serem promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica, direta ou indiretamente. (*Parágrafo único acrescido pela Lei nº 11.488, de 15/6/2007 e transformado em § 1º pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009*)

§ 2º Na hipótese de a energia de reserva ser proveniente de fonte nuclear, sua contratação será realizada diretamente com a Eletronuclear, constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009*)

Art. 3º-B Fica caracterizada a exclusão de responsabilidade do empreendedor, no caso de atraso na emissão do ato de outorga pela administração pública em relação à data prevista no edital de licitação de que tratam os incisos II e III do § 5º do art. 2º e o art. 3º-A, desde que cumpridos todos os prazos de responsabilidade do empreendedor. (*Artigo acrescido pela Lei nº 12.839, de 9/7/2013*)

Art. 4º Fica autorizada a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica de que trata esta Lei.

§ 1º A CCEE será integrada por titulares de concessão, permissão ou autorização, por outros agentes vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica, e pelos consumidores enquadrados nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

§ 2º A regulamentação deste artigo pelo Poder Concedente deverá abranger, dentre outras matérias, a definição das regras de funcionamento e organização da CCEE, bem como a forma de participação dos agentes do setor elétrico nessa Câmara.

§ 3º O Conselho de Administração da CCEE será integrado, entre outros, por representantes dos agentes setoriais de cada uma das categorias de Geração, Distribuição e Comercialização.

§ 4º Os custeios administrativo e operacional da CCEE decorrerão de contribuições de seus membros e emolumentos cobrados sobre as operações realizadas, vedado o repasse em reajuste tarifário.

§ 5º As regras para a resolução das eventuais divergências entre os agentes integrantes da CCEE serão estabelecidas na convenção de comercialização e em seu estatuto social, que deverão tratar do mecanismo e da convenção de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 6º As empresas públicas e as sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, titulares de concessão, permissão e autorização, ficam autorizadas a integrar a CCEE e a aderir ao mecanismo e à convenção de arbitragem previstos no § 5º deste artigo.

§ 7º Consideram-se disponíveis os direitos relativos a créditos e débitos decorrentes das operações realizadas no âmbito da CCEE.

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995

(Vide Lei nº 12.783, de 11/1/2013)

Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Seção III

Das Opções de Compra de Energia Elétrica por parte dos Consumidores

Art. 15. Respeitados os contratos de fornecimento vigentes, a prorrogação das atuais e as novas concessões serão feitas sem exclusividade de fornecimento de energia elétrica a consumidores com carga igual ou maior que 10.000 kW, atendidos em tensão igual

ou superior a 69 kV, que podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica.

§ 1º Decorridos três anos da publicação desta Lei, os consumidores referidos neste artigo poderão estender sua opção de compra a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado. ([Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998](#))

§ 2º Decorridos cinco anos da publicação desta Lei, os consumidores com carga igual ou superior a 3.000 kW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do mesmo sistema interligado.

§ 3º Após oito anos da publicação desta Lei, o poder concedente poderá diminuir os limites de carga e tensão estabelecidos neste e no art. 16.

§ 4º Os consumidores que não tiverem cláusulas de tempo determinado em seus contratos de fornecimento só poderão exercer a opção de que trata este artigo de acordo com prazos, formas e condições fixados em regulamentação específica, sendo que nenhum prazo poderá exceder a 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de manifestação formal à concessionária, à permissionária ou à autorizada de distribuição que os atenda. ([Parágrafo com redação dada pela Lei nº 10.848, de 15/3/2004](#))

§ 5º O exercício da opção pelo consumidor não poderá resultar em aumento tarifário para os consumidores remanescentes da concessionária de serviços públicos de energia elétrica que haja perdido mercado. ([Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998](#))

§ 6º É assegurado aos fornecedores e respectivos consumidores livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionário e permissionário de serviço público, mediante ressarcimento do custo de transporte envolvido, calculado com base em critérios fixados pelo poder concedente.

§ 7º O consumidor que exercer a opção prevista neste artigo e no art. 16 desta Lei deverá garantir o atendimento à totalidade de sua carga, mediante contratação, com um ou mais fornecedores, sujeito a penalidade pelo descumprimento dessa obrigação, observado o disposto no art. 3º, inciso X, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. ([Parágrafo com redação dada pela Lei nº 10.848, de 15/3/2004](#))

§ 8º Os consumidores que exercerem a opção prevista neste artigo e no art. 16 desta Lei poderão retornar à condição de consumidor atendido mediante tarifa regulada, garantida a continuidade da prestação dos serviços, nos termos da lei e da regulamentação, desde que informem à concessionária, à permissionária ou à autorizada de distribuição local, com antecedência mínima de 5 (cinco) anos. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.848, de 15/3/2004](#))

§ 9º Os prazos definidos nos §§ 4º e 8º deste artigo poderão ser reduzidos, a critério da concessionária, da permissionária ou da autorizada de distribuição local. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.848, de 15/3/2004](#))

§ 10. Até 31 de dezembro de 2009, respeitados os contratos vigentes, será facultada aos consumidores que pretendam utilizar, em suas unidades industriais, energia elétrica produzida por geração própria, em regime de autoprodução ou produção independente, a redução da demanda e da energia contratadas ou a substituição dos contratos de fornecimento por contratos de uso dos sistemas elétricos, mediante notificação à concessionária de distribuição ou geração, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.848, de 15/3/2004](#))

Art. 16. É de livre escolha dos novos consumidores, cuja carga seja igual ou maior que 3.000 kW, atendidos em qualquer tensão, o fornecedor com quem contratará sua compra de energia elétrica.

Seção IV

Das Instalações de Transmissão e dos Consórcios de Geração

Art. 17. O poder concedente deverá definir, dentre as instalações de transmissão, as que se destinam à formação da rede básica dos sistemas interligados, as de âmbito próprio do concessionário de distribuição, as de interesse exclusivo das centrais de geração e as destinadas a interligações internacionais. [*\("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009\)*](#)

§ 1º As instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN serão objeto de concessão, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou de leilão e funcionarão integradas ao sistema elétrico, com regras operativas aprovadas pela Aneel, de forma a assegurar a otimização dos recursos eletroenergéticos existentes ou futuros. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.943, de 28/5/2009\)*](#)

§ 2º As instalações de transmissão de âmbito próprio do concessionário de distribuição poderão ser consideradas pelo poder concedente parte integrante da concessão de distribuição.

§ 3º As instalações de transmissão de interesse restrito das centrais de geração poderão ser consideradas integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998\)*](#)

§ 4º As instalações de transmissão, existentes na data de publicação desta Lei, serão classificadas pelo poder concedente, para efeito de prorrogação, de conformidade com o disposto neste artigo.

§ 5º As instalações de transmissão, classificadas como integrantes da rede básica, poderão ter suas concessões prorrogadas, segundo os critérios estabelecidos nos arts. 19 e 22, no que couber.

§ 6º As instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais outorgadas a partir de 1º de janeiro de 2011 e conectadas à rede básica serão objeto de concessão de serviço público de transmissão, mediante licitação na modalidade de concorrência ou leilão, devendo ser precedidas de Tratado Internacional. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009\)*](#)

§ 7º As instalações de transmissão necessárias aos intercâmbios internacionais de energia elétrica outorgadas até 31 de dezembro de 2010 poderão ser equiparadas, para efeitos técnicos e comerciais, aos concessionários de serviço público de transmissão de que trata o § 6º, conforme regulação da Aneel, que definirá, em especial, a receita do agente, as tarifas de que tratam os incisos XVIII e XX do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a forma de ajuste dos contratos atuais de importação e exportação de energia. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009\)*](#)

§ 8º Fica vedada a celebração de novos contratos de importação ou exportação de energia elétrica pelo agente que for equiparado ao concessionário de serviço público de transmissão de que trata o § 7º. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009\)*](#)

.....

.....

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

.....

Art. 26. Cabe ao Poder Concedente, diretamente ou mediante delegação à ANEEL, autorizar: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 10.848, de 15/3/2004)*

I - o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 3.000 kW (três mil quilowatts) e igual ou inferior a 30.000 kW (trinta mil quilowatts), destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 13.097, de 19/1/2015)*

II - a compra e venda de energia elétrica, por agente comercializador; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998)*

III - a importação e exportação de energia elétrica, bem como a implantação das respectivas instalações de transmissão associadas, ressalvado o disposto no § 6º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; *(Inciso acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998 e com nova redação dada pela Lei nº 12.111, de 9/12/2009)*

IV - a comercialização, eventual e temporária, pelos autoprodutores, de seus excedentes de energia elétrica. *(Inciso acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998)*

V - os acréscimos de capacidade de geração, objetivando o aproveitamento ótimo do potencial hidráulico. *(Inciso acrescido pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002)*

VI - o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 3.000 kW (três mil quilowatts) e igual ou inferior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts), destinado à produção independente ou autoprodução, independentemente de ter ou não característica de pequena central hidrelétrica. *(Inciso acrescido pela Lei nº 11.943, de 28/5/2009 e com redação dada pela Lei nº 13.097, de 19/1/2015)*

§ 1º Para o aproveitamento referido no inciso I do *caput* deste artigo, para os empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 3.000 kW (três mil quilowatts) e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 kW (trinta mil quilowatts), a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos aproveitamentos. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998 e com redação dada pela Lei nº 13.097, de 19/1/2015)*

§ 2º Ao aproveitamento referido neste artigo que funcionar interligado e ou integrado ao sistema elétrico, é assegurada a participação nas vantagens técnicas e econômicas da operação interligada, especialmente em sistemática ou mecanismo de realocação de energia entre usinas, destinado a mitigação dos riscos hidrológicos, devendo também se submeter ao rateio do ônus, quando ocorrer. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998 e com nova redação dada pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002)*

§ 3º A comercialização da energia elétrica resultante da atividade referida nos incisos II, III e IV, far-se-á nos termos dos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998)*

§ 4º É estendido às usinas hidrelétricas referidas no inciso I que iniciarem a operação após a publicação desta Lei, a isenção de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998)*

§ 5º O aproveitamento referido nos incisos I e VI do *caput* deste artigo, os empreendimentos com potência igual ou inferior a 3.000 kW (três mil quilowatts) e aqueles

com base em fontes solar, eólica e biomassa cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) poderão comercializar energia elétrica com consumidor ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW (quinhentos quilowatts), observados os prazos de carência constantes dos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme regulamentação da Aneel, podendo o fornecimento ser complementado por empreendimentos de geração associados às fontes aqui referidas, visando à garantia de suas disponibilidades energéticas, mas limitado a 49% (quarenta e nove por cento) da energia média que produzirem, sem prejuízo do previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998 e com redação dada pela Lei nº 13.097, de 19/1/2015\)](#)

§ 6º Quando dos acréscimos de capacidade de geração de que trata o inciso V deste artigo, a potência final da central hidrelétrica resultar superior a 30.000 kW, o autorizado não fará mais jus ao enquadramento de pequena central hidrelétrica. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002\)](#)

§ 7º As autorizações e concessões que venham a ter acréscimo de capacidade na forma do inciso V deste artigo poderão ser prorrogadas por prazo suficiente à amortização dos investimentos, limitado a 20 (vinte) anos. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002\)](#)

§ 8º Fica reduzido para 50 kW o limite mínimo de carga estabelecido no § 5º deste artigo quando o consumidor ou conjunto de consumidores se situar no âmbito dos sistemas elétricos isolados. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002\)](#)

§ 9º [\(VETADO na Lei nº 11.943, de 28/5/2009\)](#)

Art. 27. [\(Revogado pela Lei nº 10.848, de 15/3/2004\).](#)

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame pretende excluir do rateio das despesas referentes à energia de reserva as unidades consumidoras localizadas nos Estados que possuam uma capacidade média de produção de energia hidrelétrica superior a seu mercado de consumo de eletricidade.

Em sua justificação, o autor, ilustre Deputado César Halum, argumenta que não é justo que os consumidores dos Estados exportadores de energia hidrelétrica participem do rateio dos custos da energia de reserva, uma vez que dela não necessitam.

À proposição principal foi apensado o Projeto de Lei nº 1.524, de 2015, do eminente Deputado Arnaldo Jordy, que tem o propósito de excluir do rateio das despesas correspondentes à contratação de energia de reserva as unidades consumidoras localizadas nos Estados em que o total da energia elétrica consumida seja equivalente ou inferior a 50% da soma das energias garantidas das hidrelétricas lá instaladas.

A matéria tramita em regime ordinário e esta sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, tendo sido distribuída à de Minas e Energia e à de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Minas e Energia, não foram oferecidas emendas no decurso do prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consideramos meritórias e oportunas as iniciativas dos autores das propostas em análise, que procuram beneficiar os consumidores dos Estados que abrigam empreendimentos hidrelétricos, solar e eólico cuja oferta supera a demanda interna e, portanto, contribuem para o desenvolvimento de outras Unidades da Federação. Na avaliação dos ilustres parlamentares, não é justo imputar o custo de uma energia de reserva aos Estados que apresentam excedentes de geração. Acreditamos, todavia, que essa mesma lógica não é pertinente apenas para o caso dos aproveitamentos hidráulicos, devendo ser aplicada, da mesma forma às fontes solar e eólica.

O que se constata, é que esses Estados energeticamente superavitários sofrem inúmeros impactos adversos, de natureza econômica social e ambiental, devido à implantação de grande número de empreendimentos de geração. Além disso, seus orçamentos, assim como os dos Municípios afetados, acabam sendo sobrecarregados, pois as usinas tornam inevitáveis investimentos e despesas adicionais em infraestrutura e serviços de transporte, saneamento, educação, saúde e segurança. Apesar disso, esses entes não recebem benefícios capazes de compensar o fardo que carregam, uma vez que o ICMS, principal tributo incidente sobre a energia elétrica, é cobrado apenas no destino final, sendo inteiramente apropriado pelos Estados consumidores.

Trata-se, portanto, de um quadro de enorme injustiça, que foi ampliada quando se impôs a cobrança do encargo relacionado à energia de reserva nos locais onde ela não é requerida, agravando as elevadas desigualdades regionais que ainda persistem em nosso País.

Por outro lado, não podemos de forma generalizada beneficiar todos os estados cujo consumo seja inferior a capacidade de produção, haja vista que muitos se incluíam nesta regra geral ocasionando uma verdadeira ausência de

custeio da energia de reserva no País. Desta feita, é de suma importância estabelecer um percentual médio que isentem da participação do rateio dos custos da energia de reserva somente os estados cujo total da energia elétrica consumida seja equivalente ou inferior a 50% das energias garantidas, estimulando, assim, os outros estados que não serão beneficiados, a gerar mais energia e consumir menos.

Sendo assim, votamos pela APROVAÇÃO parcial do Projeto de Lei nº 1.211, de 2015, e do Projeto de Lei nº 1.524, de 2015, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2015.

Deputado **BETO ROSADO**

Relator

Deputado **AUGUSTO CARVALHO**

Relator Substituto

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.211, DE 2015

Altera o art. 3º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer nova sistemática de rateio dos gastos com aquisição de energia de reserva entre os consumidores de energia elétrica do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º-A

.....

§ 3º Ficam excluídas do rateio definido no *caput*, os usuários

finais localizados nos Estados em que o total da energia elétrica consumida no Estado seja equivalente ou inferior a 50% das energias garantidas das usinas hidrelétricas, centrais geradoras eólicas e centrais geradoras solares existentes no Estado.

§ 4º Para efeitos do disposto no § 3º, a energia garantida de uma usina hidrelétrica, centrais geradoras eólicas e solares com reservatório que se estenda por áreas do território de mais de um Estado, deverá ser dividida entre os Estados com áreas abrangidas pelo reservatório dessas centrais e hidrelétricas, proporcionalmente à parcela da área total do reservatório localizada em cada Estado. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2015.

Deputado **BETO ROSADO**

Relator

Deputado **AUGUSTO CARVALHO**

Relator Substituto

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Minas e Energia, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou parcialmente o Projeto de Lei nº 1.211/2015 e o Projeto de Lei nº 1.524/2015, apensado, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Beto Rosado, e do Relator Substituto, Deputado Augusto Carvalho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Rodrigo de Castro - Presidente, Pedro Vilela, Edio Lopes e Joaquim Passarinho - Vice-Presidentes, Antonio Imbassahy, Arnaldo Jordy, Beto Salame, Carlos Andrade, Cleber Verde, Dagoberto, Davidson Magalhães, Elmar Nascimento, Fábio Faria, Fabio Garcia, Fernando Jordão, Jaime Martins, João Carlos Bacelar, João Castelo, João Fernando Coutinho, José Reinaldo, José Rocha, Jose Stédile, Luiz Fernando Faria, Marcelo Álvaro Antônio, Miguel Haddad, Paulo Azi, Ronaldo Benedet, Samuel Moreira, Vander Loubet, Augusto Carvalho, Bilac Pinto, Covatti Filho, Delegado Edson Moreira, Edinho Bez, Evandro Roman, Francisco Chapadinha, Hugo Leal, Jony Marcos, Marco Tebaldi, Paulo Magalhães, Pr. Marco Feliciano, Roberto Balestra, Vicentinho Júnior e Washington Reis.

Sala da Comissão, em 16 de dezembro de 2015.

Deputado RODRIGO DE CASTRO

Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.211, DE 2015

Altera o art. 3º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer nova sistemática de rateio dos gastos com aquisição de energia de reserva entre os consumidores de energia elétrica do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º-A

.....

§ 3º Ficam excluídas do rateio definido no *caput*, os usuários finais localizados nos Estados em que o total da energia elétrica consumida no Estado seja equivalente ou inferior a 50% das energias garantidas das usinas hidrelétricas, centrais geradoras eólicas e centrais geradoras solares existentes no Estado.

§ 4º Para efeitos do disposto no § 3º, a energia garantida de uma usina hidrelétrica, centrais geradoras eólicas e solares com reservatório que se estenda por áreas do território de mais de um Estado, deverá ser dividida entre os Estados com áreas

abrangidas pelo reservatório dessas centrais e hidrelétricas, proporcionalmente à parcela da área total do reservatório localizada em cada Estado. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de dezembro de 2015.

Deputado **RODRIGO DE CASTRO**

Presidente

FIM DO DOCUMENTO
